Veto Mantido por **Veto Mantido** Veto Reieitado Abstenção Visto/Carimbo



Estado de Mato Grosso MUNICÍPIO DE GUARANTÃ DO NORTE GOVERNO MUNICIPAL 2025/2028 CNPJ N°. 03.239.019/0001-83

GABINETE DO PREFEITO

Rua das Oliveiras, Nº 135, Bairro Jardim Vitória - 3552-5100.

Câmara Municipal De GUARANTĂ DO NORTE - MT

PROTOCOLO Nº 3

DATA 24

Maria Janete Rodrigues de Lima

Secretaria Geral Portaria 075/2025

Guarantã do Norte/MT, 24 de setembro de 2025.

OFÍCIO Nº 427/2025/GP

Ao Excelentíssimo Senhor Celso Henrique Batista da Silva, Presidente Da Câmara De Vereadores Do Município De Guarantã Do Norte - MT.

Assunto: Veto parcial ao projeto de lei legislativo nº 41/2025

Prezado Senhor Presidente,

Venho por meio do presente oficio comunicar a Vossa Excelência que decidi vetar o § 1º do art. 4º, e incisos I, II, III e VII do art. 5º, do projeto de lei legislativo nº 41/2025, que institui a obrigatoriedade da divulgação pública e atualizada da lista de espera para cirurgias eletivas de média e alta complexidade no âmbito do sistema único de saúde (SUS) no Município de Guarantã do Norte/MT, conforme as razões que seguem anexas.

Aproveito a oportunidade para reiterar a V. Exa. e aos seus ilustres Pares, meus votos profundo respeito e consideração.

Atenciosamente,

ALBERTO MÁRCIO GONÇALVES

**PREFEITO** 

Veto Mantido por Veto Mantido
Veto Rejeitado
Abstenção
Data 08 1 10 12025

Visto/Carimbo



Estado de Mato Grosso JUNICÍPIO DE GUARANTÃ DO NORTE GOVERNO MUNICIPAL 2025/2028 CNPJ N°. 03.239.019/0001-83 PROTOCOLO Nº 2372 1205

DATA 24 1 89 12025

Responsavel

Câmara municipal de Guarantã do Norte - Mt

> Maria Janete Rodrigues de Lima Secretária Geral Portaria 075/2025

GABINETE DO PREFEITO

Rua das Oliveiras, Nº 135, Bairro Jardim Vitória - 3552-5100.

#### ANEXO AO OFÍCIO Nº 427/2025/GP

Razões do veto ao § 1º do art. 4º, e incisos I, II, III e VII do art. 5º, do Projeto de Lei Legislativo nº 41/2025, que institui a obrigatoriedade da divulgação pública e atualizada da lista de espera para cirurgias eletivas de média e alta complexidade no âmbito do Sistema Único De Saúde (SUS) NO MUNICÍPIO DE GUARANTÃ DO NORTE/MT.

Nobres vereadores, a proposta de instituir um sistema de transparência nas filas de espera é de grande relevância e atende ao interesse da população. No entanto, sua redação, em algumas partes, apresenta **contrariedade ao interesse público** por criar obrigações que são, na prática, inexequíveis para a administração municipal.

Algumas das cirurgias listadas no rol de incisos do art. 5º do projeto de lei em questão estão sujeitas à regulação estadual. Isso significa que a gestão da fila de espera para esses procedimentos não é de responsabilidade exclusiva do Município, mas sim do estado de Mato Grosso.

A regulação estadual de acesso a procedimentos cirúrgicos de média e alta complexidade é disciplinada por sistema centralizado, a exemplo do SISREG, no qual compete ao município apenas realizar o diagnóstico e inserir o paciente, cabendo à Secretaria de Estado de Saúde a gestão da fila única, a definição da prioridade segundo critérios clínicos e de risco e a distribuição das vagas entre as unidades de saúde habilitadas, sejam estaduais, filantrópicas ou privadas conveniadas, independentemente do município de origem do paciente.

O fato de a fila ser de regulação estadual cria uma barreira legal e prática para a implementação do projeto de lei em questão, na medida em que busca instituir um Sistema Municipal de Transparência. No entanto, se o paciente de Guarantã do Norte/MT não está em uma "fila municipal", mas em uma "fila estadual", a Secretaria Municipal de Saúde não tem o controle total sobre o agendamento, o tempo de espera e o status do paciente.

Nesse contexto, verifica-se que os procedimentos mencionados nos incisos I (Cirurgia Bariátrica), II (Artroplastias), III (Cirurgias cardíacas eletivas) e VII (Urológicas e outras de alta complexidade) do art. 5º são de responsabilidade da regulação estadual, de modo que o

Página 2 de 3



Estado de Mato Grosso MUNICÍPIO DE GUARANTÁ DO NORTE GOVERNO MUNICIPAL 2025/2028 CNPJ N°. 03.239.019/0001-83

#### **GABINETE DO PREFEITO**

Rua das Oliveiras, Nº 135, Bairro Jardim Vitória - 3552-5100.

agendamento, o tempo de espera e a gestão dessas filas estão sob a alçada da Secretaria de Estado de Saúde.

A obrigação imposta ao Município, por meio do presente projeto de lei, criaria um sistema ineficaz e de difícil manutenção, pois a Secretaria Municipal de Saúde não tem autonomia para acessar ou modificar os dados no sistema de regulação do estado. Isso, além de ser inviável, poderia configurar invasão de competência federativa, pois o município estaria legislando sobre um serviço que não gerencia.

Ademais, o §1º do Art. 4º impõe que o sistema a ser implementado permita o cadastro para notificação automática por e-mail ou SMS. Embora essa funcionalidade seja útil para os munícipes, a administração pública não tem como garantir sua implementação.

A notificação automática depende da integração de sistemas. Ocorre que o município não possui controle sobre o sistema de regulação do estado, onde as informações sobre o andamento das filas são geridas.

Assim, a Secretaria Municipal de Saúde não tem como garantir que as notificações por e-mail ou SMS sejam enviadas em tempo real e com informações precisas, pois não há um canal de comunicação automático e eficiente com o sistema estadual.

A implementação da lei, da forma como está redigida, seria inviável na prática. O projeto cria uma expectativa para o cidadão que não pode ser atendida de maneira confiável, contrariando o próprio objetivo da lei.

Diante do exposto, conclui-se que os dispositivos em questão, embora inspirados em legítima preocupação com a transparência das filas de espera, acabam por impor ao Município obrigações que extrapolam sua esfera de atuação e que não podem ser executadas de forma eficaz pela administração municipal. Sua implementação criaria uma expectativa no cidadão que não poderia ser atendida com a devida precisão e confiabilidade, resultando em contrariedade ao interesse público. Por tais razões, impõe-se o veto ao § 1º do art. 4º e aos incisos I, II, III e VII do art. 5º do Projeto de Lei Legislativo nº 41/2025.

Conto com a compreensão dos Nobres Vereadores.

Atenciosamente,

ALBERTO MÁRCIO GONÇALVES PREFEITO

Página 3 de 3



Estado de Mato Grosso
PODER LEGISLATIVO MUNICIPAL
CÂMARA MUNICIPAL DE GUARANTÃ DO NORTE
Rua das Itaúbas, 72 — Centro C.N.P.J. nº 24.672.909/0001-14

MATÉRIA EM REGIME DE URGÊNCIA URGENTÍSSIMA Data 01/09/25

4 Mayaro O.Ohn

CAMARA MUSICIPAL DE RU GUARANTA DO NORTE - MT PROTOCOLON 264112025 DATA 21 10 1 2025

Matéria Aprovada por Unanimidade
Data 01 /09 /25

Mayoro O Omale

PROJETO DE LEI DO LEGISLATIVO Nº 041/2025, DE 31 DE JULHO DE 2025.

INSTITUI A OBRIGATORIEDADE DA DIVULGAÇÃO PÚBLICA E ATUALIZADA DA LISTA DE ESPERA PARA CIRURGIAS ELETIVAS DE MÉDIA E ALTA COMPLEXIDADE NO ÂMBITO DO SISTEMA ÚNICO DE SAÚDE (SUS) NO MUNICÍPIO DE GUARANTÃ DO NORTE/MT, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

A CÂMARA MUNICIPAL DE GUARANTĂ DO NORTE - MT, NO USO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS, APROVA E O PREFEITO MUNICIPAL SANCIONA A SEGUINTE LEI:

## CAPÍTULO I – DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 1º Fica instituído, no âmbito do Município de Guarantã do Norte/MT, o Sistema Municipal de Transparência Ativa nas Fila de Espera para Cirurgias Eletivas do SUS, com o objetivo de garantir à população acesso contínuo, atualizado e digital às informações relacionadas a procedimentos cirúrgicos não emergenciais.

Art. 2º O sistema será coordenado pela Secretaria Municipal de Saúde e deve observar os princípios da publicidade, legalidade, eficiência, dignidade da pessoa humana, equidade e controle social.

# CAPÍTULO II – DA PUBLICAÇÃO DAS LISTAS DE

#### **ESPERA**

Art. 3º A Secretaria Municipal de Saúde deverá manter publicamente disponíveis as listas de espera das cirurgias eletivas, contendo, no mínimo:

Página 1 de 2



# Estado de Mato Grosso PODER LEGISLATIVO MUNICIPAL CÂMARA MUNICIPAL DE GUARANTĂ DO NORTE

Rua das Itaúbas, 72 - Centro C.N.P.J. nº 24.672.909/0001-54

I - Iniciais do nome do paciente, com 4 últimos dígitos do

CPF ou do Cartão SUS;

II – Número de protocolo de inscrição ou código

identificador anônimo;

III - Tipo de cirurgia solicitada;

IV – Data de solicitação ou inclusão na fila;

V - Unidade de referência e especialidade médica;

VI - Status do paciente na fila (aguardando exames,

aguardando agendamento, agendado, pré-operatório, etc.);

VII - Critérios de priorização adotados, inclusive casos de

risco e comorbidade;

VIII - Posição cronológica e clínica na fila.

§1º É vedada a divulgação de qualquer dado pessoal sensível que possa identificar diretamente o paciente.

§2º A lista deverá ser atualizada em tempo real ou, no máximo, semanalmente, com data da última atualização.

CAPÍTULO III - DO ACESSO E

### ACOMPANHAMENTO PELO PACIENTE

Art. 4º O paciente poderá consultar sua posição na fila por

meio de:

I – Portal da Transparência Municipal;

II – Aplicativo municipal de saúde, se existente;

III - Canal de SMS, WhatsApp ou e-mail previamente

informado;

IV - Atendimento nas Unidades de Saúde com acesso

assistido.

Página 2 de 2



# PODER LEGISLATIVO MUNICIPAL CÂMARA MUNICIPAL DE GUARANTĂ DO NORTE Rua das Itaúbas, 72 – Centro C.N.P.J. nº 24.672.909/0001-54

§1º O sistema deve permitir o cadastro para notificação automática por e-mail ou SMS sempre que houver alteração de status.

§2º Será disponibilizado tutorial online e impresso sobre como acessar a fila de forma segura e fácil.

#### CAPÍTULO IV - DAS CIRURGIAS ABRANGIDAS

Art. 5º Esta Lei abrange, mas não se limita, às seguintes

cirurgias eletivas:

I – Cirurgia Bariátrica;

II – Artroplastias (joelho, quadril, ombro);

III – Cirurgias cardíacas eletivas;

IV – Cirurgias oftalmológicas (catarata, retina);

V - Ginecológicas (histerectomia, endometriose, etc.);

VI - Cirurgias ortopédicas de coluna e membros;

VII - Urológicas e outras de alta complexidade.

Parágrafo único. Outras cirurgias poderão ser incluídas por ato da Secretaria de Saúde, mediante demanda e relevância pública.

## CAPÍTULO V - DO CONTROLE SOCIAL E

FISCALIZAÇÃO

Art. 6º Fica garantido o acesso à lista de espera por:

I – Conselhos Municipais de Saúde;

II – Ministério Público e Defensoria Pública;

III – Cidadãos interessados, mediante consulta pública.

Art. 7º Qualquer cidadão poderá encaminhar denúncia ou sugestão por meio da Ouvidoria Municipal, com resposta no prazo máximo de 15 dias úteis.

Página 3 de 2



# Estado de Mato Grosso PODER LEGISLATIVO MUNICIPAL CÂMARA MUNICIPAL DE GUARANTÃ DO NORTE

Rua das Itaúbas, 72 - Centro C.N.P.J. nº 24.672.909/0001-54

#### CAPÍTULO VI - DAS SANÇÕES POR

#### DESCUMPRIMENTO

Art. 8º O não cumprimento da presente Lei por parte dos gestores públicos poderá acarretar:

I – Responsabilização administrativa nos termos da Lei de Improbidade Administrativa (Lei nº 8.429/1992);

II - Comunicação ao Ministério Público para apuração de

responsabilidade;

III - Abertura de procedimento no Conselho Municipal

de Saúde.

#### CAPÍTULO VII – DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

Art. 9º Recomenda-se ao Poder Executivo que, no prazo de até 90 (noventa) dias, contados da data de publicação desta lei, adote as providências necessárias à sua regulamentação, a fim de assegurar sua efetiva aplicação.

Art. 10° Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Plenário Luiz Mena, Câmara Municipal, Guarantã do Norte-MT, 31 de julho de 2025.

1° Secretário

Página 4 de 2



# Estado de Mato Grosso PODER LEGISLATIVO MUNICIPAL CÂMARA MUNICIPAL DE GUARANTÃ DO NORTE Rua das Itaúbas, 72 — Centro C.N.P.J. nº 24.672.909/0001-54

#### MENSAGEM JUSTIFICATIVA: PROJETO DE LEI DO LEGISLATIVO N. º 041/2025 DE 31 DE JULHO DE 2025.

Senhor Presidente, Senhores (as) Vereadores (as),

A presente proposição legislativa nasce da escuta com a realidade de centenas de cidadãos que, diariamente, compartilham conosco a angústia de esperar por procedimentos cirúrgicos eletivos de média e alta complexidade, entre eles, a cirurgia bariátrica, a de prótese de joelho, quadril, hérnias graves, entre outras. São pessoas que, muitas vezes, convivem com dores constantes, dificuldades de locomoção, sofrimento emocional e limitação para o trabalho, o convívio familiar e a vida social. Mais do que a espera por um procedimento médico, trata-se da espera pela possibilidade de viver com dignidade.

Como representantes do povo, não podemos fechar os olhos à realidade daqueles que permanecem anos em filas invisíveis, sem qualquer previsibilidade quanto à realização de suas cirurgias. Pior do que esperar, é não saber se a espera terá fim. É não ter acesso à sua posição na fila. É não conhecer os critérios de priorização. É sentir-se esquecido dentro de um sistema que deveria garantir, a todos, o direito fundamental à saúde.

É com esse espírito que propomos este Projeto de Lei: instituir a publicidade e a transparência das filas de espera de cirurgias eletivas no âmbito do município, com especial atenção àquelas de maior demanda e impacto.

A disponibilização pública dessas listas, em meio eletrônico acessível (como o site oficial do município ou portal da saúde), deverá resguardar os dados pessoais dos pacientes, conforme previsto na Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (Lei Federal nº 13.709/2018), utilizando-se de número de protocolo, data de inclusão na fila e outros critérios objetivos. Com isso, garantimos transparência sem expor identidades, ao mesmo tempo em que asseguramos à população o direito de acompanhar a evolução da fila e cobrar, com base em dados concretos, a eficiência da gestão pública da saúde.

ágina 5 de 2



#### Estado de Mato Grosso PODER LEGISLATIVO MUNICIPAL CÂMARA MUNICIPAL DE GUARANTA DO NORTE

Rua das Itaúbas, 72 - Centro C.N.P.J. nº 24.672.909/0001-54

Tal medida está em consonância com os princípios constitucionais da publicidade, da eficiência e, sobretudo, da dignidade da pessoa humana. Ademais, vai ao encontro do que dispõe a Lei nº 12.527/2011 — Lei de Acesso à Informação — ao estabelecer que a administração pública deve garantir ao cidadão acesso amplo e facilitado às informações de interesse coletivo, entre as quais se inclui a organização da prestação dos serviços de saúde.

É nosso dever zelar por uma administração transparente, participativa e sensível à dor do povo. A publicação das filas, além de um instrumento de controle social, tem o potencial de minimizar a desconfiança da população quanto a possíveis favorecimentos indevidos e reforçar a credibilidade do sistema público. A iniciativa, portanto, não onera o orçamento municipal, mas representa um passo importante na construção de uma gestão mais justa, eficiente e humana.

Por todo o exposto, submetemos o presente Projeto de Lei à apreciação dos nobres pares, certos de que sua aprovação representará um avanço significativo na promoção da cidadania, na valorização da vida e na democratização do acesso à saúde no município.

Plenário Luiz Mena, Câmara Municipal de Guarantã do Norte - MT, 31 de julho de

2025.

1º Secretário

Página 6 de 2



#### Estado de Mato Grosso

#### CÂMARA MUNICIPAL DE GUARANTA DO NORTE

Rua das Itaúbas, 72 – Centro, Fone: (66) 3552-1920/1407 C.N.P.J. nº 24.672.909/0001-54

#### CONTROLE GERAL DE VOTAÇÃO

Sessão	16ª	Data	08 de outubro de 2025	Horas	19:30
Ordinária	Χ .	The second secon			
Extraordinária					

	Outros: Veto Par	rcial ao PLL 04	1/2025		
	PLC N°.	PLL.	Indicação N°.	Requerime Nº	nto
Propo situra	Requerimento N°.	ATA N°.	PLCM N°.	PLM N°.	PRL N°

Autor:	

### VOTAÇÃO:

Aprovado	
Reprovado	
Baixado às Comissões	
Pedido de Vista	
Retorna às comissões/	
análise de alterações	
propostas/proposição de	
emendas pelo	
plenário/artigo 64 RI.	
Desempate pelo	
Presidente Art. 218 RI	

Retirado de Pauta Pelo Autor	
Retirada de Pauta por ausência do Autor	
Retirado de Pauta pela Presidência "submetido à deliberação do Plenário" Art. 130-Regimento Interno-Resolução n° 6/2010.	
Veto Mantido	V
Veto Rejeitado	

$N^{o}$	Senhores Vereadores	Voto
1	Alexandre R. Ribeiro Vieira	
2	Celso Henrique Batista da Silva	P
3	David Marques da Silva	
4	Demilson Camargo Martins	
5	Leucia Camargo de Souza	
6	Maria Socorro Leite Dantas	
7	Silvio Dutra da Silva	
8	Veroni Maria Pansera	
9	Zilmar Assis de Lima	

AB Abstenção	
A	Ausente
P	Exercendo a Presidência
S	Sim
N	Não
R	Requerente

Ciciani Janaina de Abreu Pereira Secretária "AD HOC"

Examinadores: Osman Passos & Hélio da TV/ Dra Elen